

Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



Antropologia Forense

ANÁLISE DAS QUESTÕES DE ANTROPOLOGIA FORENSE NAS ÚLTIMAS PROVAS REALIZADAS PARA O CARGO DE PERITO ODONTOLEGISTA OU DE PERITO CRIMINAL (ÁREA: ODONTOLOGIA) NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS.

Analysis of forensic anthropology questions in recent exams for the position of forensic odontologist or criminal expert (Dentistry) in the Brazilian federative units

Camila Garcez RIBEIRO¹, Mirela Cristina da SILVA², Paulo Henrique Viana PINTO³, Ricardo Henrique Alves da SILVA⁴.

1. Especialista em Odontologia Legal pela Faculdade de Odontologia de Ribeirão de Preto, USP – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. Perita Odontologista, Departamento de Polícia Técnica da Bahia, Bahia, Brasil.

2. Aluna de doutorado do Departamento de Patologia e Medicina Legal, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.

3. Doutor pelo Departamento de Patologia e Medicina Legal, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. Perito Odontologista, Departamento de Polícia Técnica da Bahia, Bahia, Brasil.

4. Professor Associado, Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal, Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, USP – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.

Informações sobre o manuscrito:

Recebido: 30 de outubro de 2025.

Aceito: 13 de dezembro de 2025.

Autor(a) para contato:

Prof. Dr. Ricardo Henrique Alves da Silva.

USP – Fac. de Odontologia de Ribeirão Preto. Área de Odontologia Legal. Av. do Café, s/n, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, Brasil. CEP: 14040-904.

E-mail: ricardohenrique@usp.br.

RESUMO

A perícia no âmbito criminal no Brasil é responsabilidade dos Peritos Oficiais que precisam ser aprovados em concurso público para exercer a função. E no caso da Odontologia, tal inserção pode ocorrer por meio dos cargos de Perito Odontologista ou de Perito Criminal. Esse estudo teve como objetivo selecionar e analisar questões no campo de conhecimento da Antropologia Forense nas últimas provas de concursos públicos para Perito Odontologista e Perito Criminal (área: Odontologia), a fim de identificar as temáticas mais frequentes. A partir da análise de 22 provas, obteve-se um total de 905 questões de conhecimentos específicos e foram identificadas 147 (16,24%) questões compatíveis com os critérios de seleção: 123 relacionadas diretamente à Antropologia Forense e 24 acerca de suas interfaces, perfazendo uma média de 6,68 questões por prova. A estimativa de perfil biológico (n=99) foi o tema mais recorrente, seguido por pontos craniométricos e craniometria (n=11), diferenciação de espécie (n=8), arqueologia forense (n=7), osteologia e anatomia aplicada (n=7), patologias ósseas (n=6), fraturas e alterações ósseas (n=4) e temática mista (n=4). O tema “estimativa de perfil biológico” foi explorado em 100% dos certames e a maioria dessas questões (76,77%) focou na estimativa por meios craniomaxilofaciais, estando a análise dental presente em 65,79%. Dentre os parâmetros de perfil biológico questionados destacaram-se idade e sexo. Quanto às questões sobre conteúdo de interface, mais de 80% concentram-se em provas aplicadas nos últimos quatro anos. Conclui-se que os temas em Antropologia Forense são constantes em provas de concursos públicos para Perito Odontologista e Perito Criminal (Odontologia), com predomínio do tema estimativa do perfil biológico, em especial, àquela realizada por meios craniomaxilofaciais. Por fim, nota-se que as questões de interface vêm ganhando espaço nas provas, refletindo a importância da

interdisciplinaridade da Antropologia Forense e a necessidade dos Peritos Oficiais da área de Odontologia apresentarem conhecimentos acerca dos tópicos estudados por Antropólogos Forenses.

PALAVRAS-CHAVE

Odontologia legal; Antropologia forense; Questões de prova.

INTRODUÇÃO

A Odontologia Legal, de acordo com a Resolução CFO 63/2005, é a especialidade odontológica cujo objetivo consiste na pesquisa de fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos que podem atingir ou ter atingido o homem - vivo, morto ou sua ossada - e mesmo fragmentos ou vestígios, resultando em lesões parciais ou totais reversíveis ou irreversíveis¹. Embora a atuação do especialista esteja limitada à análise, perícia e avaliação de eventos dentro das áreas de competência do cirurgião-dentista, existe a prerrogativa de estender sua atuação, caso seja necessário para a busca da verdade, em interesse da justiça e da administração pública¹.

A perícia criminal, prevista no Código de Processo Penal (CPP)², é uma atividade típica do Estado, de natureza técnico-científica, essencial para a elucidação de crimes por meio da análise de vestígios. Conforme o artigo 158 do CPP, sempre que a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, sendo que a confissão do acusado não pode substituí-lo².

A responsabilidade pela produção da prova material cabe ao Perito Oficial, que elabora o laudo pericial após a identificação, coleta, processamento e interpretação adequada dos vestígios, seguindo os critérios científicos^{2,3}. Em se tratando das Perícias Oficiais de natureza

criminal, são normatizadas por leis específicas do estado ao qual o Perito está vinculado, e pela Lei 12.030/2009 que inclui, em seu artigo 5º, o Perito Odontologista no rol dos Peritos Oficiais de natureza criminal⁴.

Na esfera criminal, a Antropologia Forense (AF) é a ciência que integra os conceitos e conhecimentos da Antropologia Física e das Ciências Forenses⁵, e desempenha um papel fundamental na devolução da identidade de remanescentes humanos em avançado estado de decomposição ou esqueletizados^{6,7}. A atuação desse profissional é ampla e não é facilmente definida, visto que comumente envolve a colaboração de outras áreas, como a Medicina, Odontologia, Biologia e Arqueologia⁸.

Na análise dos remanescentes ósseos, o exame antropológico forense busca vestígios que possibilitem a identificação da vítima, a reconstituição dos eventos que culminaram no óbito e a estimativa do intervalo *post mortem* (IPM)⁷⁻⁹. No Brasil, é frequente que os Peritos Oficiais que trabalham com Antropologia Forense tenham formação em saúde^{10,11}, incluindo os cirurgiões-dentistas^{11,12}.

Nesse sentido, o Perito Odontologista compõe as equipes de Antropologia Forense nos serviços de Perícia Oficial do Brasil¹³, atuando diretamente na aplicação^{12,14} e no desenvolvimento^{12,15} dos conhecimentos desse campo do saber⁷. Ademais, contribui

para a estimativa de perfil biológico, principalmente por meios craniomaxilofaciais, mas também utiliza seus conhecimentos em Osteologia e Ciências Forenses na análise integral do esqueleto^{12,14,16}.

Assim, ao considerar a importância da Antropologia Forense para o trabalho pericial e a necessidade de avaliar a frequência com que o tema é abordado em concursos, o presente estudo teve como objetivo reunir as provas dos últimos certames realizados em cada unidade federativa do Brasil, para os cargos de Perito Odontologista ou Perito Criminal (área: Odontologia).

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento das provas dos últimos concursos destinados às carreiras de Perito Odontologista ou de Perito Criminal (área: Odontologia), aplicadas em cada unidade federativa do Brasil, excluindo certames nacionais (ex: concursos referentes à Polícia Federal). Para tanto, a busca foi conduzida de forma online nos *websites* específicos para informações de concursos públicos, como PCI Concursos (www.pciconcursos.com.br) e QConcursos (www.qconcursos.com). Ademais, consultaram-se os *websites* das bancas examinadoras responsáveis pela elaboração dos certames cujas provas não estavam disponíveis nas plataformas anteriores. O levantamento foi realizado sem delimitação temporal inicial, com o objetivo de abranger a totalidade de provas aplicadas até o final de 2024.

Após a obtenção das provas objetivas, realizou-se uma análise

criterosa, quantificação e classificação restritas ao bloco de questões consideradas pela banca examinadora como conhecimentos específicos (CE). A partir da avaliação pormenorizada das temáticas e dos tópicos abordados, foram consideradas como Questões de Antropologia Forense (QAF) aquelas cujo foco principal contemplava a diferenciação da espécie (humanos e não humanos), estimativa de perfil biológico (sexo, idade, afinidade populacional e estatura) e pontos craniométricos/craniometria. Ademais, foram incluídos na análise, como Questões de Interface da Antropologia Forense (QI), os conteúdos referentes à arqueologia forense, osteologia aplicada, patologias ósseas e fraturas ósseas (*ante, peri e post mortem*) ou alterações ósseas. A união das questões de Antropologia Forense e das questões de Interface foi designada pelo termo QAFI.

No caso de abordagens que apresentassem conteúdos mistos, como Radiologia e Antropologia Forense, ou identificação e Antropologia Forense, as questões foram incluídas na análise quando pelo menos três alternativas estavam relacionadas à Antropologia Forense. Em contrapartida, questões cujo conteúdo se restringia à identidade e identificação (médica e judiciária), identificação odontológica e radiologia forense não foram consideradas na análise. Por fim, cabe esclarecer que as questões anuladas foram incluídas, visto que os motivos de anulação não interferiam na análise e classificação do conteúdo.

Quanto aos demais critérios utilizados, o tópico “estimativa de perfil

biológico” foi classificado em seus diferentes aspectos: sexo, idade, afinidade populacional, estatura e geral. Esse último foi utilizado nos casos em que a questão não especificava um único aspecto dentre os demais, abordando em suas alternativas pelo menos duas características, por exemplo, sexo e idade.

Além disso, em razão da relação com a área de atuação do Perito Odontologista, deu-se ênfase, por meio de análises pormenorizadas, às questões de estimativa de perfil biológico, exclusivamente, relacionadas à região craniomaxilofacial, ou seja, por meio do estudo do crânio, face e dentes, bem como às questões que apresentavam ao menos uma alternativa contendo informações sobre os elementos dentais.

Foram elaboradas tabelas e gráficos utilizando o software Microsoft Excel[®] (Microsoft Corp., Redmond, WA, USA), a fim de facilitar a apresentação, compreensão e descrição dos resultados.

RESULTADOS

A busca por provas para Perito Odontologista ou Perito Criminal (Odontologia) nos últimos certames dos 26 estados e do Distrito Federal (DF) resultou na localização de um total de 22 provas objetivas contendo 905 questões de conhecimentos específicos (CE). Faz-se importante esclarecer que a não inclusão dos seguintes estados: Acre, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo se deu devido à ausência de cobrança de conteúdo específico no último concurso de cada um desses estados.

A partir da análise e classificação da totalidade de questões, verificou-se um total de 147 (16,24%) perguntas compatíveis com os critérios de seleção, sendo 123 (13,59%) Questões de Antropologia Forense (QAF) e 24 (2,65%) Questões de Interface da Antropologia Forense (QI). Outrossim, verificou-se em média 5,59 QAF e 1,09 QI por prova frente a uma média de 41,14 questões de conhecimentos específicos e, ainda, moda igual a quatro questões por prova para ambas (QAF e QI) frente à moda igual a 40 questões de conhecimentos específicos (Tabela 1).

A temática das questões selecionadas apresentou a seguinte distribuição: n=99 de estimativa de perfil biológico; n=11 de pontos craniométricos e craniometria; n=8 de diferenciação da espécie (humanos e não humanos); n=7 de arqueologia forense e, também, de osteologia e anatomia aplicada; n=6 de patologias ósseas; n=4 de fraturas e alterações ósseas; e n=4 de temática mista, que abordou diversos conteúdos na mesma questão.

Cabe salientar que dentre as 22 provas analisadas apenas sete (31,82%) apresentaram questões referentes aos conteúdos de interface (QI), perfazendo um total de 24 questões. Dessas questões, n=20 (83,33%) concentram-se em seis dessas provas, aquelas aplicadas nos últimos quatro anos (Tabela 2). Nesse sentido, ao analisar as temáticas, somente Patologia Óssea foi questionada em certame efetuado há mais de quatro anos.

Tabela 1 – Últimas provas de concurso para Perito Odontologista e Perito Criminal (área: Odontologia) em cada unidade federativa no Brasil utilizadas no levantamento das questões de Antropologia Forense e suas interfaces, seus achados absolutos e percentuais.

ESTADO	ANO	BANCA	CARGO	CE	QAF	QI	QAFI
RO	2009	FUNCAB	Odontólogo Legal	40	7	0	7
RJ	2011	FGV	Perito Legista	70	8	4	12
PI	2012	NUCEPE/UESPI	Perito Odonto-Legal	30	4	0	4
TO	2014	Instituto Aroeira	Perito Oficial	30	6	0	6
DF	2016	IADES	Perito Criminal	40	4	0	4
SC	2017	IESES	Perito Odontologista	40	8	0	8
ES	2018	AOCP	Perito Criminal	50	7	0	7
MA	2018	CEBRASPE	Odontologista	40	3	0	3
PA	2019	FADESP	Perito Criminal	20	1	0	1
RN	2021	AOCP	Perito Odontologista	60	9	10	19
CE	2021	IDECAN	Perito Legista	50	5	0	5
PB	2021	CEBRASPE	Perito Oficial Odonto-Legal	30	3	0	3
MT	2022	UFMT	Perito Oficial Odonto-Legista	25	4	0	4
AM	2022	FGV	Perito Odontologista	40	4	0	4
RR	2022	VUNESP	Odonto-Legista	40	3	0	3
AP	2022	FGV	Perito Odontologista	30	6	0	6
BA	2022	IDECAN	Perito Odonto-Legal	50	9	1	10
AL	2022	CEBRASPE	Perito Odonto-Legal	60	4	4	8
SE	2023	IDECAN	Perito Odonto-Legal	30	6	3	9
PR	2024	IBFC	Perito Criminal	40	10	1	11
PE	2024	AOCP	Perito Criminal	40	8	0	8
GO	2024	IADES	Odontologista	50	4	1	5

CE: conhecimentos específicos. QAF: Questões de Antropologia Forense. QI: Questões de Interface. QAFI: Questões de Antropologia Forense somadas às de Interface.

Tabela 2 – Distribuição das questões de interface de acordo com o ano e estado do edital publicado, concursos para Perito Odontologista e Perito Criminal (área: Odontologia), Brasil, 2025.

PROVAS	ANO	OSTEOLOGIA E ANATOMIA APLICADA	PATOLOGIAS ÓSSEAS	ARQUEOLOGIA FORENSE	FRATURAS E ALTERAÇÕES ÓSSEAS
RJ	2011	-	4	-	-
RN	2021	2	2	4	2
BA	2022	-	-	1	-
AL	2022	4	-	-	-
SE	2023	-	-	1	2
PR	2024	-	-	1	-
GO	2024	1	-	-	-

As questões com foco em estimativa de perfil biológico corresponderam a 67,35% do total de questões (QAFI) e a 80,48% quando analisadas apenas dentre as QAF. O assunto foi explorado em 100% dos certames com, no mínimo, uma questão (Pará) e no máximo nove questões (Paraná e Rio Grande do Norte). Nesse contexto, uma quantidade expressiva de questões (76,77%) referentes à estimativa de perfil biológico abordou a estimativa exclusivamente por meios

craniomaxilofaciais. Outrossim, ao levantar a quantidade dessas questões por aspecto biológico, observou-se: n=20 (26,31%) questões sobre sexo, n=30 (39,47%) questões sobre idade, n=9 (11,84%) questões sobre afinidade populacional e n=6 (7,89%) questões sobre estatura (Figura 1).

A maioria dessas questões de estimativa de perfil biológico por meios craniomaxilofaciais (65,79%) utilizou, em ao menos uma das alternativas, baseadas em análise dental (Tabela 3).

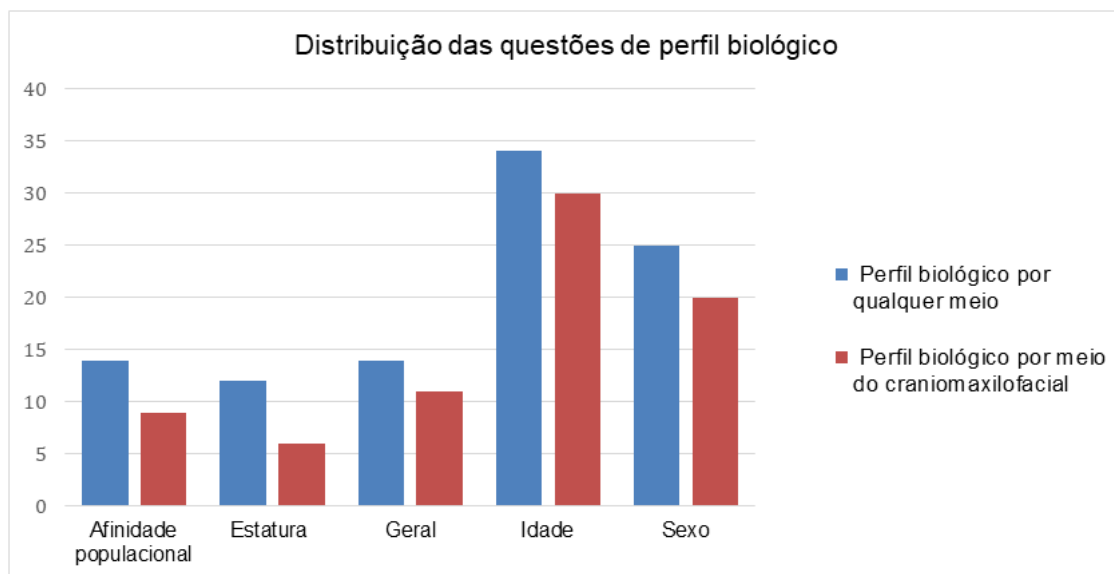


Figura 1 – Distribuição das questões de perfil biológico realizadas por qualquer meio e por meio craniomaxilofacial, concursos para Perito Odontologista e Perito Criminal (área: Odontologia), Brasil, 2025.

Tabela 3 – Distribuição das questões abordando informações relativas aos elementos dentais, concursos para Perito Odontologista e Perito Criminal (área: Odontologia), Brasil, 2025.

ESTIMATIVA PELOS ELEMENTOS DENTAIS	Nº DE QUESTÕES
Perfil Biológico Geral	09
Sexo	03
Idade	27
Afinidade populacional	05
Estatura	06
Diferenciação Espécie	02

Além disso, cabe salientar que a totalidade dos concursos abordou os elementos dentais em ao menos uma questão, com frequência máxima de cinco questões nas provas realizadas no Rio Grande do Norte e na Bahia. Verificou-se a presença de 52 questões sobre análises antropológicas por meio dos elementos dentais, o que representa 35,37% do total de QAFI e 42,28% dentre as QAF. Dessas questões, quase a totalidade (96,15%) tiveram como foco a estimativa do perfil biológico, conteúdo este presente em todas as provas avaliadas, em ao menos uma pergunta.

Em segunda análise, ao categorizar as questões sobre elementos dentais conforme os aspectos do perfil biológico, a maior incidência verificada foi a idade (54,00%), seguida por questões de perfil biológico geral, ou seja, abarcando diferentes aspectos na mesma pergunta. A estimativa de idade pelos dentes marcou presença em, no mínimo, uma assertiva por prova (com exceção da prova de Roraima, a qual teve como foco apenas estimativa da estatura por meio dos dentes).

Assim, observa-se na Figura 2 que há uma tendência atual de cobrança dos tópicos de diferenciação de espécie e das

QI (osteologia e anatomia aplicada; patologias ósseas; arqueologia forense e fraturas e alterações ósseas). Por outro lado, a temática de pontos craniométricos e craniometria diminuiu sua frequência,

sendo objeto de somente uma prova nos últimos quatro anos. Por fim, verifica-se que a presença de questionamentos a respeito da estimativa de perfil biológico é atemporal.

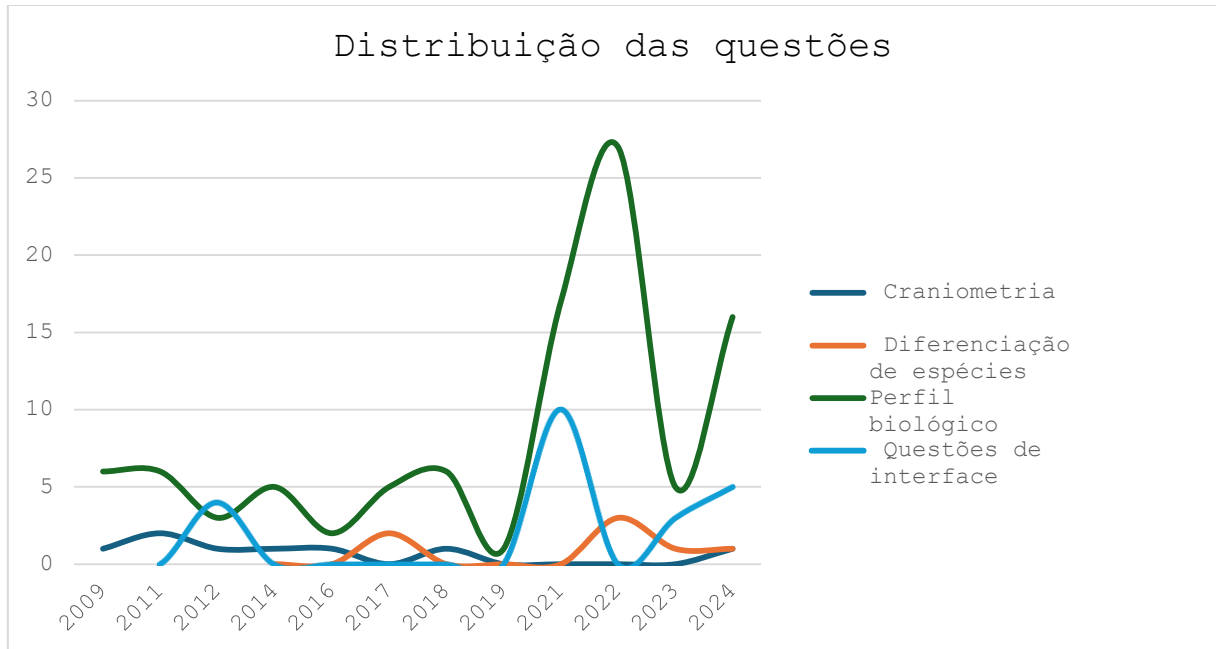


Figura 2 – Distribuição das questões por temática encontrada nos editais analisados, concursos para Perito Odontologista e Perito Criminal (área: Odontologia), Brasil, 2025.

DISCUSSÃO

No Brasil, conforme a Lei Federal 12.030/2009, o provimento dos cargos reconhecidos de Peritos Oficiais - Perito Criminal, Perito Médico-legista e Perito Odontologista exige a aprovação em concurso público com formação acadêmica específica⁴. Contudo, há uma divergência entre os estados tanto na forma de organização quanto na nomenclatura atribuída aos cargos que integram seus órgãos de perícia criminal.

Os cirurgiões-dentistas podem ocupar cargos de Peritos Odontologistas (ou equivalentes em suas diferentes nomenclaturas) em 16 unidades federativas brasileiras, o que corresponde a

praticamente todos os estados em que o cargo está previsto em lei. No entanto, há uma exceção para o estado do Mato Grosso do Sul, que, embora possua o cargo regulamentado, ainda não publicou edital de concurso para seu provimento¹¹. Apesar da relevância do cargo, existem instituições de perícia oficial que não incluem o Perito Odontologista em seus quadros de servidores¹⁷.

Nesse contexto, nos estados em que a legislação não prevê o cargo específico de Perito Odontologista, o cirurgião-dentista pode atuar como Perito Criminal por meio de concurso público. Esses certames podem exigir conhecimento específico da área

odontológica, como ocorreu nas provas realizadas em Tocantins, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraná e Pernambuco ou, ainda, em prova generalista direcionada para diversas áreas de graduação, a exemplo dos aplicados no Acre, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nos últimos quatro anos, foi aplicada uma quantidade expressiva de provas (n=13) que contemplaram conteúdos específicos de Odontologia Legal. Com o aumento desses certames e, conseqüentemente, da quantidade de Peritos Odontologistas ou Peritos Criminais com formação em Odontologia, acredita-se que existam maiores oportunidades para que esses profissionais atuem em diferentes áreas nos órgãos periciais, incluindo a Antropologia Forense^{9,17,18}.

A quantidade expressiva de QAF (123; 13,59%) identificada no presente estudo é semelhante à observada por Bernardes *et al.* (2021)¹⁹, que registraram 122 (14,30%) questões de AF, sendo o segundo tema mais frequente nas provas de conteúdo específico de Odontologia Legal analisadas pelos autores. A predominância da estimativa de perfil biológico na maior parte dessas questões (aproximadamente 80%) também coincide com os achados de Bernardes *et al.* (2021)¹⁹.

A análise do perfil biológico contempla quatro parâmetros: afinidade populacional (origem geográfica); idade à morte (grupo etário); sexo e estatura. Em conjunto, essas características permitem restringir o universo de possíveis vítimas aos indivíduos que possuem esse perfil

específico. Assim, a estimativa do perfil biológico atua como um filtro inicial para as comparações subseqüentes, dando início ao processo de identificação^{20,21}.

Desse modo, a elevada quantidade de questões relacionadas ao perfil biológico (n=99; 67,35% das QAFI), nas últimas provas, evidencia a relevância do conhecimento aprofundado dessa temática para o candidato a perito na área odontológica. Entre os quatro parâmetros, destacam-se a idade (34 questões) e o sexo (25 questões), que, somados, correspondem a mais de 50% das questões de estimativa de perfil biológico. Esse resultado difere do observado por Bernardes *et al.* (2021)¹⁹, que verificaram distribuição semelhante entre os parâmetros, com exceção da estatura.

Porém, tal destaque relaciona-se ao fato de ambos serem aspectos indispensáveis na construção do perfil biológico. A idade é considerada um pré-requisito para a identificação humana²² e diversos métodos dentais disponíveis na literatura permitem sua estimativa com boa acurácia, especialmente em subadultos e adultos jovens²³⁻²⁵. O sexo, por sua vez, torna-se importante por poder influenciar na análise de outras informações do perfil biológico, uma vez que muitos métodos para estimativa de idade e estatura dependem da prévia estimativa sexual²⁶. Além disso, a predominância de questões sobre idade e sexo corresponde à literatura científica, na qual esses parâmetros são os mais investigados¹⁵.

Os pontos craniométricos foram o segundo tópico mais frequente (11 questões) nas provas analisadas neste

estudo. Eles correspondem a locais específicos do crânio, padronizados e internacionalmente consolidados, de utilidade indiscutível, pois servem como referência básica para a mensuração craniana e, conseqüentemente, para a aplicação de métodos antropométricos (baseados em aferições de medidas, ângulos e projeções) e para a estimativa de perfil biológico^{27,28}. Logo, o Perito Odontologista desempenha papel fundamental na identificação por meio da utilização dos dados objetivos fornecidos pela craniometria²⁸.

Ao avaliar a distribuição temporal, houve uma redução de cobrança dessa temática nos últimos anos, a qual, possivelmente, esteja relacionada à inserção de métodos que vão além dos pontos craniométricos e da craniometria, utilizando *softwares* e estatística sofisticada, como *AncesTrees* e *Fordisc* e, ainda, relacionada ao uso menos frequente de índices e ângulos cujo uso não vem sendo incentivado pela literatura atualizada²⁹.

A diferenciação da espécie foi abordada em oito questões, especialmente nas provas mais recentes. Ao se deparar com ossos, identificar se pertencem a humanos constitui uma etapa fundamental da AF, permitindo a continuidade da investigação. Assim, o conhecimento em anatomia humana e anatomia comparada torna-se indispensável, e características craniomaxilofaciais, como o forame magno, a eminência mental, os dentes caninos e os diastemas, amplamente estudadas pelos Peritos Odontologistas, contribuem para uma identificação confiável³⁰.

As temáticas selecionadas por fazerem interface com a AF constituíram as QI (16,33% do total de questões - QAFI) e demonstraram configurar uma tendência nas provas mais recentes, visto que 83,33% delas foram abordadas nos últimos quatro anos. A identificação de condições esqueléticas, como traumas, anomalias, variantes anatômicas e lesões, é atribuição dos profissionais atuantes em Antropologia Forense^{20,21}. Esses achados, somados à estimativa dos parâmetros do perfil biológico, reduzem significativamente o universo de indivíduos considerados no processo de identificação (em confronto com dados *ante mortem*), economizando tempo e recursos²⁰ e, em alguns casos, possibilitando a identificação positiva^{20,21,31}.

No que se refere à arqueologia, observou-se uma tendência de maior cobrança nos últimos concursos (sete questões), com presença do tema em provas realizadas entre 2021 e 2024, assim como ocorreu com a maioria das QI. Esse fato provavelmente se relaciona ao desenvolvimento da Antropologia Forense brasileira, que destaca a realização dos exames por meio da abordagem multidisciplinar. Os profissionais treinados para as etapas de campo executam técnicas que vão além da escavação e permitem, em determinados casos, a reconstrução da cena do crime, a estimativa do IPM e, até mesmo, a identificação da vítima e do perpetrador⁶.

Além da arqueologia forense, outro tópico que também apresentou uma quantidade expressiva entre as QI foi a osteologia aplicada (sete questões). A osteologia humana exige amplo estudo e

experiência prática, sendo indispensável para a atuação em AF e suas áreas de interface²⁷.

O tópico da estimativa por meios craniomaxilofaciais abrange métodos cranianos, mandibulares e dentais, com ênfase na Odontologia Legal e em sua aplicabilidade na Antropologia Forense³². Os arcos dentais fornecem indicadores, como o desenvolvimento e a erupção dos dentes, que permitem estimativas acuradas da idade. Para a estimativa da afinidade populacional, o crânio, em especial a face, constitui a parte esquelética mais informativa, possibilitando quantificar a probabilidade de a vítima ter traços característicos da população africana, europeia ou asiática^{21,32}.

Dentre os questionamentos relativos à estimativa de perfil biológico, aqueles realizados exclusivamente por meios craniomaxilofaciais se destacaram, representando mais de 75% do total. A distribuição da cobrança dos parâmetros seguiu padrão semelhante ao observado nas questões de estimativa por quaisquer métodos: maior ênfase em idade e sexo, e menor a quantidade de questões sobre estatura. Embora a estimativa de estatura tenha sido abordada em apenas seis questões, destaca-se que todas utilizaram a análise dental, método reconhecidamente de baixa acurácia e considerado não confiável pela literatura atual³³.

Dentre as questões de estimativa por intermédio craniomaxilofacial, mais de 65% abordaram os elementos dentais, o que evidencia a relevância dessas características tanto para a atuação do Perito Odontologista quanto para traçar o

perfil biológico do indivíduo, sobretudo pela resistência dessas estruturas em situações em que restam apenas remanescentes ósseos³⁰. Nesse contexto, a Odontologia Legal e a Antropologia Forense assumem papéis fundamentais na identificação de indivíduos e na solução de questões legais, fornecendo evidências precisas a partir da análise dos elementos dentais^{23,32}.

Os dentes são considerados as estruturas mais resistentes do corpo humano, por suportarem diversos fatores externos (agentes mecânicos, térmicos e químicos) e foram abordados em 52 questões (42,28% das QAF), estando presentes em 100% dos concursos analisados. Outra característica relevante é a regularidade dos processos de formação e erupção dental, o que representa uma vantagem em relação a outros tecidos mineralizados, uma vez que não sofrem remodelação, como ocorre nos ossos, e são pouco afetados por fatores nutricionais, hormonais e ambientais ao longo da vida²⁴.

Em relação à estimativa de idade pelos dentes, o parâmetro foi explorado em mais da metade das questões relacionadas aos elementos dentais e esteve presente em praticamente todos os certames, exceto na prova de Roraima. Esse assunto apresenta diversos estudos publicados na literatura, tanto baseados em métodos evolutivos (desenvolvimento dental) quanto involutivos (processo de envelhecimento), inclusive estudos oriundos de técnicas estrangeiras validados na população brasileira, o que tem tornado a temática cada vez mais presente nos concursos públicos.

CONCLUSÃO

Ao analisar as questões que abordam conteúdos de Antropologia Forense, verificou-se uma presença constante nos concursos públicos, com ênfase na temática de estimativa do perfil biológico, em especial, aquela realizada por meios craniomaxilofaciais. Quanto aos parâmetros do perfil biológico, idade é o mais abordado, principalmente por intermédio dos elementos dentais, e questões gerais, combinando diferentes parâmetros. Por fim, nota-se que as questões de interface vêm ganhando

espaço nas provas de concurso, refletindo a importância da interdisciplinaridade da Antropologia Forense e a necessidade dos candidatos a cargos de Peritos Oficiais no campo da Odontologia apresentarem conhecimentos acerca de tópicos específicos estudados pela Antropologia Forense.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ABSTRACT

Forensic examinations in the criminal field are the responsibility of Official Experts, who must be approved in a public examination. In the case of Dentistry, such inclusion may occur through the positions of Forensic Odontologist or Criminal Expert. This study aimed to select and analyze questions in the field of Forensic Anthropology from recent public examinations for the positions of Forensic Odontologist and Criminal Expert (area: Dentistry), in order to identify the most frequent topics. From the analysis of 22 examinations, a total of 905 specific knowledge questions were obtained, which 147 (16.24%) met the selection criteria: 123 directly related to Forensic Anthropology and 24 concerning its interfaces, resulting in an average of 6.68 questions per examination. Biological profile estimation (n=99) was the most recurrent topic, followed by cranial landmarks and craniometry (n=11), species differentiation (n=8), forensic archaeology (n=7), osteology and applied anatomy (n=7), bone pathologies (n=6), fractures and bone alterations (n=4), and mixed topics (n=4). The topic “biological profile estimation” was explored in 100% of the examinations, and most of these questions (76.77%) focused on estimation through craniomaxillofacial means, with dental analysis being present in 65.79%. Among the parameters of the biological profile addressed, age and sex were the most prominent. It is concluded that topics in Forensic Anthropology are routinely present in public competitive examinations for Forensic Odontologist and Criminal Expert (Dentistry), with a predominance of the biological profile estimation theme.

KEYWORDS

Forensic dentistry; Forensic anthropology; Examination questions.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Aprova a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia. Resolução nº 63/2005, de 08 de abril de 2005. Disponível em: <https://transparencia.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/consolidacao.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2025.
2. Brasil. Código de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 09 de outubro de 2025.
3. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF). O que é a perícia criminal? (internet) Disponível em: [https://apcf.org.br/pericia-criminal/o-que-e-](https://apcf.org.br/pericia-criminal/o-que-e-a-pericia-criminal/)
4. Brasil. Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009. Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12030.htm. Acesso em: 09 de outubro de 2025.
5. Işcan MY, Quatrehomme G. Medicolegal anthropology in France. *Forensic Sci Int*. 1999;100(1-2):17-35. [https://doi.org/10.1016/S0379-0738\(99\)00016-X](https://doi.org/10.1016/S0379-0738(99)00016-X).
6. Deitos AR, Machado CEP, Cunha E. Introdução ao estudo de Antropologia Forense: abrangência e interfaces. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias*

- Aplicadas à Prática Pericial. Campinas: Millennium; 2022. p. 1-9.
7. Machado MPS, Santos AS, Almeida CAP, Durão C, Cunha E, Daruge Júnior E. Retrospective analysis of forensic anthropology cases investigated by the Legal Medicine Institute of Rio de Janeiro State, Brazil. *Braz J Forensic Anthropol Leg Med.* 2020;1:1-10.
 8. Galvão M. Editorial. *Braz J Forensic Anthropol Leg Med.* 2020;1:1-2.
 9. Calmon M. The rise and development of forensic anthropology in Brazil. *Forensic Sci Int Synerg.* 2020;2:46-50. <https://doi.org/10.1016/j.fsisyn.2019.09.008>
 10. Miranda GE, Xavier T, Cruz JPP. Perícia odontológica: foro penal. In: Franco A, Damascena NP, Deitos AR, Machado CEP. *Odontologia Legal - Doutrina e Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2024. p. 119-142.
 11. Lima KF, Costa PB, Silva RF, Alves da Silva RH. Regulamentação legal da perícia oficial odontológica nos estados brasileiros. *Rev Bras Odontol Leg RBOL.* 2017;4(1):34-45. <https://doi.org/10.21117/rbol.v4i1.85>.
 12. Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Estado da Administração-SEAD. Concurso público para os cargos de Médico Legista e Odontologista 3ª classe. Disponível em: <https://www.iades.com.br/inscricao/ProcessoSeletivo.aspx?id=b8ada98dfb>. Acesso em: 09 de outubro de 2025.
 13. Miranda GE, Xavier T, Cruz JPP. Perícia odontológica: foro penal. In: Franco A, Damascena NP, Deitos AR, Machado CEP. *Odontologia Legal - Doutrina e Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2024. p. 119-142.
 14. Cunha E. Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil. *Cienc Cult.* 2019;71(2):11-14. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200011>.
 15. Górká K, Plens CR. The academic scenario of forensic anthropology in Brazil. *Braz J Forensic Anthropol Leg Med.* 2020;1:15-24.
 16. Correia Lima LN, Amorim LS. Osteologia Forense. In: Dr. Mário Fernandes. Disponível em: <https://www.drmarciofernandes.com.br/osteologia-forense>. Acesso em: 09 de outubro de 2025.
 17. Ribas-e-Silva V, Terada ASSD, Silva RHA. A importância do conhecimento especializado do cirurgião-dentista nas equipes de perícia oficial do Brasil. *Rev Bras Odontol Leg RBOL.* 2015;2(1):68-90. <https://doi.org/10.21117/rbol.v2i1.22>.
 18. Clemente ACL, Silva BLF, Cruz IJAS. A importância do cirurgião-dentista nos institutos de medicina legal: uma revisão de literatura. *Rev Ibero-Am Hum Ciênc Educ.* 2022;8(8). <https://doi.org/10.51891/rease.v8i8.6662>.
 19. Bernardes EB, Oliveira LDB, Jacometti V, Alves da Silva RH. Levantamento dos conteúdos específicos em provas objetivas de concursos públicos para o cargo de Perito Odontologista e de Perito Criminal (área: Odontologia) no Brasil. *Rev Bras Odontol Leg RBOL.* 2021;8(2):2-16. <https://doi.org/10.21117/rbol-v8n22021-303>
 20. Silva MC, Machado CEP. O problema dos desaparecidos no Brasil. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2022. p. 27-46.
 21. Cunha E. Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil. *Cienc Cult.* 2019;71(2):11-14. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200011>.
 22. Cunha E, Ribeiro TMC, Deitos AR. Métodos ósseos e complementares para a estimativa de idade. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2022. p. 391-414.
 23. Pagare J, Garad I. The role of forensic odontology and dental anthropology: An approach to forensic issues. *J Dent Specialities.* 2024;12(1):21-4. <https://doi.org/10.18231/j.jds.2024.005>.
 24. Santiago BM, Biazevic MGH, Fernandes MM, Machado CEP. Métodos dentais para estimativa de idade. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2022. p.415-438.
 25. Franco A, Santiago BM, Biazevic MGH, Machado CEP. Estimativa de idade pelos dentes. In: Franco A, Damascena NP, Deitos AR, Machado CEP. *Odontologia Legal - Doutrina e Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2024. p. 513-556
 26. Deitos AR, Cunha E. Estimativa de sexo em Antropologia Forense. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2022. p. 343-360.
 27. Damascena NP, Lima LNC, Rossi AC, Machado CEP. Osteologia humana. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial.* Campinas: Millennium; 2022. p. 47-140.

28. Borborema ML. Identificação craniométrica. In: Vanrell JP. *Odontologia Legal e Antropologia Forense*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2019. p. 818-40.
29. Reis STJ, Plens CR, Figuti L. Ossos humanos e não humanos: dinâmica e interação em casos forenses. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial*. Campinas: Millennium; 2022. p. 183-202.
30. Reis STJ, Plens CR, Figuti L. Ossos humanos e não humanos: dinâmica e interação em casos forenses. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. *Tratado de Antropologia Forense: Fundamentos e Metodologias Aplicadas à Prática Pericial*. Campinas: Millennium; 2022. p. 183-202.
31. Cunha E, Cattaneo C. Historical routes and current practice for personal identification. In: Ferrara S, editor. *P5 medicine and justice*. Cham: Springer; 2017. p. 349-64. https://doi.org/10.1007/978-3-319-67092-8_25.
32. Deitos AR, Lima LNC, Brito LM, Junior LF, Silva MC, Maciel SP. Estimativa de perfil biológico por meios craniomaxilofaciais. In: Franco A, Damascena NP, Deitos AR, Machado CEP. *Odontologia Legal - Doutrina e Prática Pericial*. Campinas: Millennium; 2024. p. 483-512.
33. Malschitzky C, Vidigal MTC, Moreira DD, Silva RF, Vieira WA, Paranhos LR, et al. How reliable is stature estimation by dental means? Systematic review and meta-analysis. *Forensic Sci Int*. 2024;361:112149. <https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2024.112149>.